

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Projeto Rede - Projeto Inclusão Educacional e Social

CNPJ nº 61.699.567/0033-70
Nota da Administração



Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina**, das quais são parte o Parecer do Conselho Fiscal da **SPDM**, o Parecer da Assembleia dos Associados da **SPDM** e o Relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando as Demonstrações Contábeis Individuais da unidade Gerenciada: **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social**.

Relatório da Administração: Senhores Membros do Conselho Fiscal e Assembleia Geral dos Associados. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no artigo 25 inciso XIX, submetemos à apreciação de V. S.as o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2013 e as respectivas Demonstrações Contábeis da SPDM, elaboradas na forma da Legislação vigente. Nossa Entidade é uma Associação Civil sem fins lucrativos, fundada em 26/06/1933, tendo como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. A diretriz primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde, direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM é uma empresa filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. O Conselho Fiscal é responsável pela análise de balanços. Conta também com a avaliação permanente da auditoria independente. Compete ao seu Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas, composto de repre-

sentantes da SPDM e da Comunidade, com notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, aprovar contratos de gestão e convênios das unidades públicas administradas pela SPDM. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101, Alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto Federal 8.242/14 e Portaria Ministerial 1.970/11 do Ministério da Saúde, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. São Paulo, 28/02/2015. **Professor Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira**, - Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M.

Balanços Patrimoniais Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais			
Ativo	Nota	2014	2013
Ativo Circulante		23.931.045,08	5.835.800,74
Caixa e Equivalentes de Caixa	(4.1)	7.160.493,56	4.803.533,16
Caixa	(4.1)	3.000,00	-
Bancos conta movimento	(4.1)	54.419,90	1.842.489,64
Aplicações Financeiras	(4.2)	7.103.073,66	2.961.043,52
Valores a Receber	(4.3)	15.709.948,23	118.488,43
Valores em Negociação -			
Contrato/Convênio	(4.3.2)	118.488,43	118.488,43
Prefeitura Municipal de São Paulo	(4.3.1)	15.591.459,80	-
Outros Créditos	(4.4)	1.034.944,29	913.779,15
Antecipações Salariais		903,07	183,20
Antecipação de férias	(4.4.1)	1.005.701,40	889.438,52
Outros créditos e adiantamentos		4.980,98	-
Depósito judicial	(4.4.2)	23.358,84	24.157,43
Estoques		25.659,00	-
Projeto Rede - Inclusão Educacional e Social		25.659,00	-
Ativo Não Circulante		7.182,83	10.341,03
Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros	(4.5)	7.182,83	10.341,03
-Bens Móveis(Nota 4.5)		7.182,83	10.341,03
Bens de Terceiros	(4.5)	19.987,30	19.987,30
Ajuste vida útil-bens terceiros Projeto	(4.5)	(12.804,47)	(9.646,27)
Total do Ativo		23.938.227,91	5.846.141,77
Contas de Compensação	(4.20)	-	19.987,30
Operações com Bens/			
Mercadorias-Terceiros		-	19.987,30
Mercadorias recebidas		-	-
Total das Compensações Ativas		-	19.987,30

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Valores em Reais						
	Nota	Patrimônio social	Reservas Reavaliação	Avaliação Patrimonial	Superávit/Déficit Acumulado	Superávit/Déficit do Exercício
Saldo 31/12/2012	4.18	-	-	-	-	-
Incorporação ao Patrimônio Social		-	-	-	-	-
Transferência de Patrimônio		-	-	-	-	-
Realização da Reserva de Reavaliação		-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	-
Superávit/(Déficit) do Exercício		-	-	-	-	-
Saldo 31/12/2013		-	-	-	-	-
Incorporação ao Patrimônio Social		-	-	-	-	-
Transferência de Patrimônio		-	-	-	-	-
Realização da Reserva de Reavaliação		-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	-
Superávit/(Déficit) do Exercício		-	-	-	-	-
Saldo 31/12/2014		-	-	-	-	-

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31/12/2014 e 2.013

1 - Contexto Operacional: A Entidade, **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina** é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública federal, estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nos. 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962 e 8.911, de 30/07/1970. A diretriz primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM é uma instituição filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembleia de Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. Dentre seus objetivos, a SPDM prevê em seu Estatuto Social (Capítulo II, Artigo 4º, Inciso IV): "Contribuir para o estabelecimento de políticas públicas e programas visando garantir a universalidade e as oportunidades de acesso à saúde, necessárias ao desenvolvimento humano e social do cidadão, podendo firmar convênios, contratos, parcerias e demais instrumentos jurídicos com outras instituições de natureza pública e/ou privada, nacional e/ou internacional, de ensino, pesquisa e/ou assistência à saúde". Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo sistema único de saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. **1.1 - Características Da Unidade Gerenciada:** A unidade SPDM - Projeto Rede faz parte de um programa que inclui o projeto de inclusão social e educacional voltado para os alunos da rede municipal de ensino com necessidades educacionais especiais, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura da Cidade de São Paulo, foi celebrado Termo de Convênio nº. 327/2010, no dia 02/09/2010, com vigência de 30 meses, esse convenio destina-se a implantação e implementação do "PROJETO REDE" para contribuir com suporte de apoio, orientação e acompanhamento da inclusão educacional especial, assegurando as condições necessárias ao atendimento de suas necessidades. No dia 01/03/2013 foi formalizado 3º Termo Aditivo prorrogando o Convênio por mais 30 (trinta) meses. Inclui no projeto a contratação de pessoal AVE - Auxiliar de Vida Escolar, estes profissionais são cuidadores dos alunos com deficiência que apresentam alto grau de dependência funcional, eles auxiliam o aluno nas diversas atividades durante o tempo em que estes permanecem na escola, entre vários procedimentos realizados, o AVE também executa atividades que zelam pela saúde física dos alunos, por exemplo: Sondagem Vesical de Alívio, Alimentação via gastrostomia, administração de insulina realizadas sob receita médica, com treinamento, dupla checagem e registros de administração nas escolas, preenchimentos de serviços diferenciadas para a Saúde e Segurança no Trabalho, e administração de remédios via oral sob apresentação de receitas médicas. No ano de 2014, mediante Convênio Nº 327/2010, com Termo de Aditamento Nº 006/2013 e Termos de Aditamento Nºs 377/2011, 001/2012 e 001/2013, foi previsto o total de recursos financeiros na ordem de R\$22.109.222,49, sendo que destes foi recebido os repasses de recursos financeiros no valor total de R\$20.546.616,54. **2 - Imunidade Tributária e Fiscal:** A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no artigo 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05/10/1988. **2.1 - Requisitos para imunidade tributária:** Conforme determinação constitucional deverá a lei complementar, pois somente ela tem o condão de regulamentar matéria relativa à imunidade tributária, estabelecer requisitos necessários ao gozo da referida benesse, os quais se encontram devidamente dispostos no artigo 14 do Código Tributário Nacional. Do mesmo modo, o cumprimento de tais requisitos está previsto no Estatuto Social da Entidade e pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos: a) Não distribuam qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (artigo 5º do Estatuto Social); b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (artigo 5º do Estatuto Social); c) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão os quais elaborados pelo Conselho Administrativo (artigo 25 XIX e artigo 56 § único), são submetidos à aprovação pelo Conselho Fiscal (artigo 46 I) e Assembleia Geral dos Associados (artigo 19 V do Estatuto Social). **2.2 - Isenção Tributária e Características da Isenção:** A SPDM também se enquadra no conceito de isenção das Contribuições Sociais, nos termos da lei, por constituir-se em instituição privada, sem fins lucrativos e econômicos, que atua na área da saúde, conforme previsto nos artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532/97, combinados com o artigo 1º da Lei nº 12.101/09, alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto nº 8.242/14, reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (isenta), apresentando as seguintes características: • a Instituição é regida por legislação infraconstitucional; • a Isenção pode ser revogada a qualquer tempo, no caso do descumprimento das situações previstas em Lei (contrapartida); • existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a entidade é dispensada de pagar o tributo; • há o direito do Governo de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido, em razão do cumprimento das disposições legais. **2.3 - Requisitos para manutenção da isenção tributária:** A Lei 12.101 de 27/11/2009 alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto nº 8.242/14 estabelece em seu artigo 29 e incisos que a entidade beneficente certificada como filantrópica e de assistência social, na forma do Capítulo II, fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os arts. 22 e 23 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991, desde que atenda, cumulativamente, aos seguintes requisitos: I - não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos; II - aplique que suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais; III - apresente certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; IV - mantenha escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade; V - não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto; VI - conserve em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial; VII - cumpra as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária; VIII - apresente as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pela Lei Complementar no 123, de 14/12/2006. Em outubro de 2013 a Lei 12.868 trouxe alterações ao artigo 29 estabelecendo em 3 novos parágrafos que: § 1º A exigência a que se refere o inciso I do caput não impede: I - a remuneração aos diretores não estatutários que tenham vínculo empregatício; II - a remuneração aos dirigentes estatutários, desde que recebam remuneração inferior, em seu valor bruto, a 70% (setenta por cento) do limite estabelecido para a remuneração de servidores do Poder Executivo federal. § 2º A remuneração dos dirigentes estatutários referidos no inciso II do § 1º deverá obedecer às seguintes condições: I - nenhum dirigente remunerado poderá ser cônjuge ou parente até 3º grau, inclusive afim, de instituidores, sócios, diretores, conselheiros, benfeitores ou equivalentes da instituição de que trata o caput deste artigo; e II - o total pago a título de remuneração para dirigentes, pelo exercício das atribuições estatutárias, deve ser inferior a 5 (cinco) vezes o valor correspondente ao limite individual estabelecido neste parágrafo. § 3º O disposto nos §§ 1º e 2º não impede a remuneração da pessoa do dirigente estatutário ou diretor que, cumulativamente, tenha vínculo estatutário e empregatício, exceto se houver incompatibilidade de jornadas de trabalho. **3 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** Na elaboração das demonstrações financeiras de 2013, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que

Demonstrações de Resultado do Período - Valores em Reais			
	Nota	2014	2013
Receita Bruta de Serviços Prestados com Restrições-Projeto Rede		20.208.022,75	18.323.020,36
Prefeitura Município São Paulo	(5.1)	20.208.022,75	18.323.020,36
Outras Receitas		-	-
(=) Receita Líquida de Serviços Prestados com Restrições - Projeto Rede		20.208.022,75	18.323.020,36
(+) Outras Receitas com Restrições - Projeto Rede		4.707.581,24	4.004.980,70
Outras Receitas		1.628,59	-
Descontos Recebidos		-	20.049,02
Financeiras		371.866,88	191.848,40
Doações Recebidas		-	-
Isenção usufruída -			
INSS Serviços Próprios	(9.1)	3.727.173,72	3.236.222,22
Isenção usufruída -			
INSS Serviços Terceiros	(9.2)	671,37	2.186,64
Isenção usufruída - COFINS	(9.3)	606.240,68	549.690,62
Trabalho Voluntário	(9.4)	-	4.983,60
(=) Receita Líquida com Restrições - Projeto Rede		24.915.603,99	22.328.001,06
(-) Custos dos Serviços Prestados com Restrições - Projeto Rede	(5.2)	13.643.651,70	12.689.657,00
(-) Serviços - Pessoal Próprio		13.908.559,37	12.906.553,96
(-) Serviços-Terceiros Pessoa Física		-	-
(-) Serviços-Terceiros Pessoa Jurídica		6.604,64	-
(-) Manutenção e Conservação		-	-
(-) Mercadorias		271.512,31	216.896,96
(-) Financeiras		-	-
(-) Outras Despesas		-	-
(-) Tributos		-	-
(=) Superávit/Déficit Bruto com Restrições - Projeto Rede		11.271.952,29	9.638.344,06
(-) Despesas Operacionais com Restrições - Projeto Rede	(5.2)	6.937.866,52	5.845.260,78
(-) Serviços - Pessoal Próprio		6.129.999,81	5.164.885,66
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Física		3.356,83	10.934,23
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica		448.874,71	370.775,00
(-) Manutenção e Conservação		406,25	2.398,80
(-) Mercadorias		314.380,31	258.210,23
(-) Financeiras		11.635,79	12.919,84
(-) Outras Despesas		-	-
(-) Tributos		29.212,82	25.137,02
(-) Outras Despesas com Restrições - Projeto Rede		4.334.085,77	3.793.083,28
(-) Isenção usufruída -			
INSS Serviços Próprios	(9.1)	3.727.173,72	3.236.222,22
(-) Isenção usufruída -			
INSS Serviços Terceiros	(9.2)	671,37	2.186,84
(-) Isenção usufruída - COFINS	(9.3)	606.240,68	549.690,62
(-) Trabalho Voluntário	(9.4)	-	4.983,60
(-) Outras Despesas		-	-
(=) Superávit/Déficit do Exercício com Restrições - Projeto Rede		-	-

continua ▶

continuação
 Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTO), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi de Campinas (CHOV), Hospital De Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (HBRIG), o Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO), o Hospital Cantareira (HOJE), o Hospital e Maternidade Dr. Odemlo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA) do Governo de Santa Catarina, e, o Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVMB) e Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde da Vila Mariana (CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hospital da Microrregião Vila Maria Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Mansur (AME VMARIA), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), o Projeto Rede – Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), Unidade Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R. REDE), Unidade Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R. REDE), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hospital da Microrregião Vila Maria Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Mansur (AME VMARIA), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), o Projeto Rede – Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), Unidade Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R. LUCY), o CRATOD – Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), o UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), CTI – Centro de Tecnologia e Inclusão Social além das unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) como o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU), outras atividades desenvolvidas junto a diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, como a do município de São Paulo (PAIS-SP) onde são partes também, o PAIS Território (TERRITÓRIO), a unidade PAIS P.A/P.S (P.A/ P.S), PABSF Americana (AMERICANA), o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF) têm contratos junto à Prefeitura do Estado do Rio de Janeiro, onde estão às unidades UPA João XXIII (JOÃO XXIII) –, PABSF A.P. 3.2 (A.P. 3.2), UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2 (ENG. DENTRO), O PAIS A.P. 1.0 (A.P. 1.0). Dr. Ronaldo passou a palavra a Dr. Garcia que realizou a apresentação do Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis e após breves esclarecimentos foi aberta a votação restando aprovada por unanimidade o relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis das unidades supramencionadas no ano de 2014. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. São Paulo, 15 de Abril de 2.015. Prof. Dr. Ronaldo Ramos ; Dr.ª Maria Inês Dolci; Prof. Dr. Paulo Bandeira Paiva; Prof. Dr. Ramiro Anthero de Azevedo.

Parecer da Assembléia Geral dos Associados: A Assembléia Geral dos Associados da SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, no exercício de suas funções legais e estatutárias (artigo 19 inciso V), realizada nesta data examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Superávit, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2.014, Consolidado da SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, de sua matriz, Hospital São Paulo e de suas Instituições Afiliadas Hospital Municipal Vereador José Storópolli (HVM), Hospital Geral do Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTO), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi de Campinas (CHOV), Hospital De Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (HBRIG), o Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO), o Hospital Cantareira (HOJE), o Hospital e Maternidade Dr. Odemlo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA) do Governo de Santa Catarina, e, o Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVMB) e Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde da Vila Mariana (CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hospital da Microrregião Vila Maria Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Mansur (AME VMARIA), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), o Projeto Rede – Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), Unidade Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R. LUCY), o CRATOD – Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), o UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), CTI – Centro de Tecnologia e Inclusão Social além das unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) como o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU), outras atividades desenvolvidas junto a diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, como a do município de São Paulo (PAIS-SP) onde são partes também, o PAIS Território (TERRITÓRIO), a unidade PAIS P.A/P.S (P.A/ P.S), PABSF Americana (AMERICANA), o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF) têm contratos junto à Prefeitura do Estado do Rio de Janeiro, onde estão às unidades UPA João XXIII (JOÃO XXIII) –, PABSF A.P. 3.2 (A.P. 3.2), UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2 (ENG. DENTRO), O PAIS A.P. 1.0 (A.P. 1.0). Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independente, o parecer do Conselho Fiscal, colocada em votação, esta Assembleia aprova por unanimidade as demonstrações contábeis apresentadas. São Paulo, 23 de Abril de 2.015. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira** - Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M. Cruz (NGASC), o Centro de Saúde da Vila Mariana (CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hospital da Microrregião Vila Maria Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Mansur (AME VMARIA), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), o Projeto Rede – Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), Unidade Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R. LUCY), o CRATOD – Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), o UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), CTI – Centro de Tecnologia e Inclusão Social além das unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) como o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU), outras atividades desenvolvidas junto a diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, como a do município de São Paulo (PAIS-SP) onde são partes também, o PAIS Território (TERRITÓRIO), a unidade PAIS P.A/P.S (P.A/ P.S), PABSF Americana (AMERICANA), o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF) têm contratos junto à Prefeitura do Estado do Rio de Janeiro, onde estão às unidades UPA João XXIII (JOÃO XXIII) –, PABSF A.P. 3.2 (A.P. 3.2), UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2 (ENG. DENTRO), O PAIS A.P. 1.0 (A.P. 1.0). Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independente e acatando suas observações, este Conselho aprova as demonstrações contábeis apresentadas. São Paulo, 10 de Abril de 2.015. Prof. Dr. Artur Beltrame Ribeiro; Prof. Dr. Carlos Edval Buchalla; Prof. Dr. José Cássio do Nascimento Pitta; Prof. Dr. Hélio Kiyoshi Takahashi.

Relatório dos Auditores Independentes: A Diretoria 1) Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social, que compreende o Balanço Patrimonial em 31/12/2014, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. 2) Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis: A Administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. 3) Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos rele-

vos para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. 4) Opinião sobre as demonstrações contábeis: Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social em 31/12/2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. 5) Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado: Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31/12/2014, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. São Paulo - SP, 17/03/2015. Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3; Ricardo Roberto Monello - Contador - CT- CRC.: 1SP 161.144/O-3 - CNAI - SP - 1619; Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador - CRC/SP 187.003/O-0 - CNAI - SP - 1620.

CELENA PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS EM MARKETING S/A

CNPJ: 17.327.645/0001-36

Relatório da Diretoria

A Celena Participações e Serviços em Marketing S/A, em seu segundo ano de operação, vem consolidando-se no mercado de soluções de eficiência energética, conquistando importante espaço no ramo da iluminação. O Balanço 2014 reflete este crescimento importante na operação da Celena. Ainda tivemos impacto decorrente das despesas de início de operação, que incidiram em 2014. O maior impacto foi decorrente do empréstimo em moeda estrangeira à longo prazo, que não tem reflexo imediato no Fluxo de Caixa e será absorvido no decorrer dos próximos exercícios com o gradativo aumento dos negócios e respectivo lucro bruto. Preparamos a empresa no segundo semestre de 2014 para alinhá-la com o plano de crescimento em 2015, de modo a estarmos aptos para cumprir com o orçamento previsto, tanto em termos de Receita, de Resultado quanto de Fluxo de Caixa.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2014 E 31/12/2013					DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31/12/2014 E 31/12/2013 (Em unidades de Reais)			
Ativo	2014	2013	Passivo	2014	2013	Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2014	31/12/2013
Ativo Circulante	2.575.318,95	188.350,24	Passivo Circulante	2.449.876,35	2.829.502,88	Lucro líquido do exercício	(2.015.819)	(393.642)
Caixa e equivalentes	155.149,92	71.995,87	Fornecedores	1.848.877,53	2.665.807,82	Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		
Clientes	1.658.365,29	84.465,00	Obrigações Sociais e Fiscais	146.054,50	31.464,90	Depreciações e amortizações	9.996	252
Outros Créditos	22.238,07	27.704,37	Empréstimos e Financiamentos	-	1.131,72	Varição cambial passiva	1.275.412,47	-
Impostos a Recuperar	48.693,56	4.185,00	Adiantamentos	454.944,32	117.834,63	Ajuste de exercícios anteriores	345.455	-
Estoques	690.872,11	-	Outras Contas a Pagar	-	13.263,81		(384.956)	(393.390)
Ativo Não Circulante	10.568.542,96	10.507.299,35	Passivo Não Circulante	7.949.761,52	4.092.879,95	Decréscimo (acrécimo) em ativos		
Imobilizado	60.144,64	-	Empréstimos e Financiamentos	7.949.761,52	4.092.879,95	Contas a receber de clientes	(1.573.900)	(84.465)
(-) Depreciação Acumulada	-8.485,58	-	Patrimônio Líquido	2.744.224,04	3.773.266,76	Estoque	(690.872)	-
Intangível	10.518.645,80	10.507.551,05	Capital Social	4.801.000,00	4.801.000,00	Outros ativos circulantes e não circulantes	(39.042)	(31.889)
(-) Amortização Acumulada	-1.761,90	-251,70	(-) Capital Social a Integralizar	-	-634.090,84	(Decréscimo) acréscimo em passivos		
			Prejuízos Acumulados	-2.056.775,96	-393.642,40	Fornecedores	(816.930,29)	2.665.808
Total do Ativo	13.143.861,91	10.695.649,59	Total do Passivo	13.143.861,91	10.695.649,59	Obrigações trabalhistas e tributárias	114.589,60	31.465

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31/12/2013 e 31/12/2014 - Valores em unidades de R\$						
	Capital Social	Capital Social a Integralizar	AFAC	Reservas de Capital	Resultado Acumulado	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>4.801.000,00</u>	<u>(634.090,84)</u>				<u>4.166.909,16</u>
Redução de Capital						-
Resultado do Período					(393.642,40)	(393.642,40)
Dividendos Propostos						-
Ajustes exercícios anteriores						-
Distribuição de Lucros						-
Reserva legal						-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>4.801.000,00</u>	<u>(634.090,84)</u>			<u>(393.642,40)</u>	<u>3.773.266,76</u>
Integralização de Capital		634.090,84				634.090,84
Resultado do Período					(2.015.819,18)	(2.015.819,18)
Dividendos Propostos						-
Ajustes exercícios anteriores					352.685,62	352.685,62
Distribuição de Lucros						-
Reserva legal						-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>4.801.000,00</u>	<u>-</u>			<u>(2.056.775,96)</u>	<u>2.744.224,04</u>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2014 E 31/12/2013 - Valores em unidades de R\$			NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FIMDOS EM 31/12/2014 E 31/12/2013		
	2014	2013			
Receita Operacional Bruta	5.735.059,04	90.000,00	1. Contexto Operacional: A empresa tem por objetivo a participação em outras sociedades; a administração de bens próprios; a prestação de serviços na área de marketing, tais como, mas não exclusivamente de produtos, serviços de testes de laboratório, bem como exploração de marcas em geral e comércio, a importação e exportação de lâmpadas, refletores de lâmpadas, luminárias e aparelhos elétricos de iluminação em geral; a prestação de serviços especializados de engenharia e a elaboração e gestão de projetos de engenharia. 2. Apresentações das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária (lei 6404/76 e alterações previstas pela lei 11.638/07 e 11941/09) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). 3. Apurações do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. 4. Caixa e Equivalentes de Caixa: Os saldos incluem dinheiro em caixa, saldo em conta corrente e aplicações financeiras de curto prazo. 5. Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias e prestação de serviços e são registradas e mantidas pelo valor nominal. 6. Outros créditos: A conta registra direitos da empresa junto a terceiros não oriundos de operações de vendas. 7. Imobilizado: Os ativos imobilizados estão demonstrados pelo custo de aquisição menos o valor correspondente à depreciação/amortização acumulada, que fora calculados pelo método linear. A administração não achou necessário o teste de recuperação de ativos (impairment). 8. Contas a pagar aos fornecedores: As contas a		
- Receita de Mercadorias	4.275.407,16	-			
- Prestação de Serviços	1.459.651,88	90.000,00			
Deduções da Receita	(1.284.890,20)	(7.785,00)			
- Impostos s/ Faturamento	(844.146,92)	(7.785,00)			
- Devoluções e descontos	(440.743,28)	-			
Receita Líquida	4.450.168,84	82.215,00			
Custo do Período	(2.367.832,82)	-			
- Custo dos Serviços Prestados e vendas de Mercadorias	(2.367.832,82)	-			
Lucro Bruto	2.082.336,02	82.215,00			
Despesas Operacionais	(2.798.226,68)	(286.064,70)			
- Despesas Comerciais	(308.334,80)	(25.059,80)			
- Despesas Administrativas	(2.489.891,88)	(261.004,90)			
Despesas / Receitas Financeiras	(1.299.148,38)	(182.000,70)			
- Receitas Financeiras	9.078,95	58.505,99			
- Despesas Financeiras	(32.814,86)	(240.506,69)			
- Resultado com Variação Cambial	(1.275.412,47)	-			
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(780,14)	-			
- Demais Receitas	108,36	-			
- Demais Despesas	(888,50)	-			
Resultado antes da CSLL e IRPJ	(2.015.819,18)	(385.850,40)			
- Contribuição Social e Imposto de Renda	-	(7.792,00)			
Resultado Líquido do Exercício	(2.015.819,18)	(393.642,40)			

Roger Peter José Michaelis - Presidente

Adelmo Nunes Pereira - Contador - CRC 1SP 178.091/O-3